

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
3º QUADRIMESTRE DE 2020
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS – 25/02/2021

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2020, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do terceiro quadrimestre de 2020, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumprir informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunções publicadas no terceiro quadrimestre de 2020.

1 - RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2020, o resultado primário foi de R\$ **8.834.826,88**. Esse valor é superior ao valor inicialmente previsto de R\$ 500.000,00. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias.



O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 86.556.275,16, correspondendo a 107,69% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias – representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 77.721.448,28 (pagas).

QUADRO 1 - RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Receitas Correntes	85.431.387,12	90.094.307,27	105,46
(-) Rendimentos de Aplicações	5.793.777,76	4.417.921,47	76,25
(-) Outras Receitas Financeiras	313.662,31	508.630,54	162,16
1 (=) Receitas Primárias Correntes	79.323.947,05	85.167.755,26	107,37
Receitas de Capital	1.103.427,67	1.968.986,56	178,44
(-) Operações de Crédito	-	-	
(-) Amortização de Empréstimos	55.005,06	580.466,66	1.055,30
2 (=) Receitas Primárias de Capital	1.048.422,61	1.388.519,90	132,44
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	80.372.369,66	86.556.275,16	107,69
DESPESA (Pagas)	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	79.569.729,24	67.919.907,40	85,36%
(-) Juros e Encargos da Dívida	106.000,00	112.849,01	106,46%
4 (=) Despesas Primárias Correntes	79.463.729,24	67.807.058,39	85,33%
Despesas de Capital	16.610.143,76	11.328.389,88	68,20%
(-) Aquisição de Títulos de Capital			
(-) Concessão de Empréstimos			
(-) Amortização da Dívida	1.414.350,00	1.413.999,99	99,98
5 (=) Despesas Primárias de Capital	15.195.793,76	9.914.389,89	65,24%
6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)	94.659.523,00	77.721.448,28	82,11%
7 Resultado Primário (3 – 6)		8.834.826,88	

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças. (RREO Anexo 6)

2 - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA .

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2020 no montante de R\$ 78.826.814,79. A receita efetivada no período de janeiro a 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 84.436.202,72, tendo sido arrecadado, portanto, 107,12% da meta anual.

Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 78.826.814,79, constante na programação financeira que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se um excedente de 7,12%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 104,44 % da programação anual.



QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (A)	Realiz. Período (B)	% (B/A)
1 – Receitas Correntes	86.459.290,82	90.301.025,44	104,44
Receita Tributária	15.695.657,71	15.361.635,21	97,87
Receita de Contribuições	1.700.650,20	1.602.987,37	94,26
Receita Patrimonial	735.703,59	264.636,43	35,97
Receita de Serviços	127.706,22	95.928,61	75,12
Transferências Correntes	67.559.365,95	72.119.522,18	106,75
Outras Rec. Correntes	640.207,15	856.315,64	133,76
2 – Receitas de Capital	1.122.885,29	1.969.078,22	175,36
Alienação de Bens	273.415,95	564.300,80	206,39
Amort. de Empréstimos	55.005,06	580.466,66	1055,30
Transfer. De Capital	794.464,28	824.310,76	103,76
3 - Receitas Intraorçamentárias	1.122.885,29	1.969.078,22	175,36
4 (-) Deduç. da Receita	-8.755.361,32	-7.833.900,94	89,48
Total da Receita	78.826.814,79	84.436.202,72	107,12

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

2.1 Receitas Tributárias

O quadro a seguir demonstra o comportamento da arrecadação das receitas tributárias:

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Impostos	13.361.601,14	13.216.517,65	98,91%
I P T U	6.142.840,28	5.590.846,09	91,01%
I R R F	2.512.243,99	2.496.824,78	99,39%
I T B I	821.896,25	1.617.472,67	196,80%
I S S Q N	3.860.551,50	3.494.460,11	90,52%
I T R	24.069,12	16.914,00	70,27%
Taxas	1.799.023,26	1.846.628,76	102,65%
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	513.260,14	430.845,07	83,94%
Taxas p/ Prestação de Serviços	1.285.763,12	1.415.783,69	110,11%
Contribuição de Melhorias	159.032,12	241.660,87	151,96%
Total das Receitas Tributárias	15.319.656,52	15.304.807,28	99,90%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

Como se observa, até final do quadrimestre em análise, as receitas tributárias arrecadadas somaram o montante de R\$ 15.304.807,28, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 15.319.656,52, representou uma redução da receita de 0,10% do valor estimado para o ano, que foi de recesso



econômico e financeiro devido a pandemia de COVID-19, que ocasionou reflexos negativos desde março de 2020.

O IPTU arrecadou 91,01% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 6.142.840,28, tendo sido arrecadados R\$ 5.590.846,09. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis e as alíquotas atualizadas para majoração do IPTU, tendo sido impactada positivamente pela aplicação das alíquotas.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 821.896,25 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 1.617.472,67, 196,80% do valor previsto para 2020. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário. Desde a edição do Decreto nº 90/2017, que regulamentou a cobrança do ITBI criando regras para avaliação dos imóveis, o município vem registrando aumento gradual na arrecadação positivamente do ITBI.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 3.494.460,11, o que representa 90,52% da previsão. Tal desempenho registrado para o ISSQN teve sua previsão afetada em razão de que o setor de prestação de serviços com o recesso econômico e paralização das atividades em razão da pandemia do COVID-19, fator que resultou para aos prestadores de serviço diminuição no faturamento das empresas, o que consequentemente impactou na diminuição da arrecadação de ISSQN no exercício de 2020.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 1.846.628,76, contra uma projeção de R\$ 1.799.023,26, arrecadando, portanto, 102,65% da meta anual. O principal determinante para esse resultado positivo foi o aumento de 10,11% acima da previsão estabelecida para as taxas de prestação de serviços da administração.

Os ingressos originados da Contribuição de Melhorias acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 241.660,87, correspondendo a um excedente de 51,96% da previsão anual.

QUADRO 4 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Transferências da União	30.163.577,80	33.662.404,06	111,60%
Cota parte do F P M	21.997.364,03	19.469.096,13	88,51%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)			
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	311.948,45	287.347,38	92,11%
Transf. de Rec. do SUS - Atenção Básica	3.213.716,32	4.057.208,23	126,25%



Transf. de Rec. do SUS - Atenção Média e Alta Complexidade	709.866,00	709.866,00	100,00%
Transf. de Rec. do SUS - Vigilância em Saúde	151.667,04	210.715,54	138,93%
Transf. de Rec. do SUS - Assistência Farmacêutica	137.491,20	146.789,88	106,76%
Outras Transferências do SUS - COVID-19	0,00	2.335.262,17	
Transferências do F N A S	456.480,00	520.232,82	113,97%
Transferências do F N D E	1.529.344,00	1.544.637,98	101,00%
Outras Transferências da União	1.944.859,00	4.738.753,35	243,66%
Transferências do Estado	22.458.164,95	22.734.561,49	101,23%
Cota Parte do I C M S	15.925.946,52	16.925.777,57	106,28%
Cota Parte do I P V A	3.907.367,96	3.768.148,85	96,44%
Cota Parte do IPI / Exportação	294.889,01	241.026,16	81,73%
Cota parte da C I D E	32.360,87	22.215,38	68,65%
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	1.872.653,32	1.605.933,74	85,76%
Transferências de Convênios	418.616,23	167.735,58	40,07%
Outras Transferências do Estado	6.331,04	3.724,21	58,82%
Transferências dos Municípios	80.000,00	0,00	0,00%
Outras Transferências Correntes	640.207,15	856.315,64	133,76%
Total das Transferências Correntes	53.341.949,90	57.253.281,19	107,33%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

2.2 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no Quadro 4, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 19.469.096,13 no período, correspondendo a 88,51% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As Transferências de convênios da União para aplicação em despesas correntes demonstraram um realizado de 111,60% para o ano, correspondendo a R\$ 33.662.404,06.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 16.925.777,57, ou seja 106,28% da expectativa inicial, que era de R\$ 15.925.946,52.

As Outras Transferências Correntes registraram o montante de R\$ 856.315,64, representando 133,76% do total previsto.

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, inclusive as operações intraorçamentárias, a Despesa Total liquidada no período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2020, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 92,13%, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 6.644.202,55. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício. Em síntese, o total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 65.238.150,43, correspondendo a 94,36% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 12.553.849,74, superiores em 105,83% a mais do valor projetado para o ano de 2020 de R\$ 6.099.200,87.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, no ano de 2020 somou o montante de R\$ 101.527,94, que se deu em relação ao prazo de amortização do FINISA contratado junto à Caixa Econômica Federal de R\$ 1.500.000,00 no exercício de 2019, cuja quitação total do financiamento ocorreu em dezembro de 2020.

QUADRO 5 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total (sem deduções)	78.826.814,79	84.436.202,72	107,12%
Despesa Orçamentária	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% (B/A)
Despesas Correntes	69.139.966,93	65.238.150,43	94,36%
Pessoal e Encargos Sociais	47.405.849,89	43.893.228,20	92,59%
Juros e Encargos da Dívida	90.000,00	101.527,94	112,81%
Outras Despesas Correntes	21.644.117,04	21.243.394,29	98,15%
Despesas de Capital	6.099.200,87	12.553.849,74	205,83%
Investimentos	6.080.000,87	11.109.138,90	182,72%
Inversões Financeiras	19.000,00	30.710,85	161,64%
Amortização da Dívida	200	1.413.999,99	707000,00 %
Outras Despesas de Capital	-	-	-
Reserva de Contingência	1.596.810,33	0	0,00%
Despesas Intraorçamentárias			
(2) Despesa Total	76.835.978,13	77.792.000,17	101,24%
Resultado Orçamentário (1-2)	1.990.836,66	6.644.202,55	333,74%
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		92,13%	

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.



QUADRO 6 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	41.051.690,20	48,24	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	2.200.669,38	2,59	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	43.252.359,58	50,82	57%	60%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas pelo critério da liquidação da despesa, conforme estabelecido no art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 918/2011, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 13.732.446,08, o que corresponde a 25,61% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no Quadro 6, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB. Assim, a perda deverá ser computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 11.673.809,16, o que corresponde a 75,95% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

QUADRO 7 – RECEITAS E DESPESAS MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS	Previsão Atualizada (A)	Arrecadação (B)	% (B/A)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	55.494.973,11	53.620.520,48	96,62%
Receitas de Impostos	13.369.405,59	13.250.681,72	99,11%
Receitas de Transferências Constitucionais	42.125.567,52	40.399.820,37	95,90%
Mínimo a Aplicar em M D E (25%)	13.873.743,28	13.405.130,12	96,62%
DESPESAS MANUT E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	Despesas Autorizada (A)	Despesas Liquidadas (B)	% (B/A)
ADMINISTRAÇÃO GERAL (20)	1.227.000,00	958.102,28	96,33%
FORMAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS (20)		2.198,10	
ENSINO FUNDAMENTAL (20)	10.508.190,22	2.828.796,65	98,53%
EDUCAÇÃO INFANTIL (20)	8.832.000,00	2.049.581,80	98,99%



EDUCAÇÃO ESPECIAL (20)		303.375,15	99,03%
FORMAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS (31)		28.323,68	
ENSINO FUNDAMENTAL (31)	8.209.690,22	9.483.115,03	94,57%
EDUCAÇÃO INFANTIL (31)	6.081.000,00	5.549.789,46	96,01%
EDUCAÇÃO ESPECIAL (31)		141.605,88	
(-) Ganho com o FUNDEB		-7.603.250,92	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras		-9.191,03	
TOTAL DAS DESPESAS COM MDE E FUNDEB		13.732.446,08	25,61%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Tomando como base as despesas liquidadas no período, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ **8.683.163,22**, o que corresponde a **16,19%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

QUADRO 8 – RECEITAS E DESPESAS - AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

RECEITAS	Previsão Atualizada (A)	Arrecadação (B)	% (B/A)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	55.494.973,11	53.620.520,48	96,62%
Receitas de Impostos	13.369.405,59	13.250.681,72	99,11%
Receitas de Transferências Constitucionais	42.125.567,52	40.399.820,37	95,90%
TOTAL DAS RECEITAS		8.043.078,07	
Mínimo a Aplicar em ASPS (15%)	8.324.245,97	8.043.078,07	96,62%
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	Despesas Autorizadas (A)	Despesas Liquidadas (B)	% (B/A)
ATENÇÃO BÁSICA	2.141.884,79	2.842.274,19	93,53%
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.140.532,77	3.113.675,03	91,27%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	316.000,00	691.532,08	96,93%
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	98.700,00	80.643,50	83,26%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	120.450,00	67.480,07	78,41%
ADM GERAL	2.356.163,60	1.931.823,79	
(-) DEDUÇÕES modalidade 71- CISA		-39.147,33	
(-) DEDUÇÕES desp com rendimentos		-5.118,11	
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS		8.683.163,22	16,19



4. RESULTADO NOMINAL

4.1 Análise da Dívida Pública - Resultado Nominal

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ **7.719.226,56**, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo superior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 9 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo 31/12/2019 (A)	Saldo em 31/12/2020 (B)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.624.516,39	1.733.777,66
DEDUÇÕES (II)	18.420.644,01	24.249.131,84
Disponibilidade de Caixa	17.194.544,07	23.569.620,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.515.822,55	25.036.841,51
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) (III)	2.321.278,48	1.467.220,66
Demais Haveres Financeiros	1.226.099,94	679.510,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (IV) = (I - II)	-14.796.127,62	-22.515.354,18
RESULTADO NOMINAL - abaixo da linha (V) = (IVa - IVb)		7.719.226,56

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de -R\$ - 22.515.354,18. Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve diminuição da dívida e o aumento da disponibilidade em caixa, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL do Executivo não deve ultrapassar o limite de 1,20 observa-se que, no final do exercício em análise a Administração Municipal cumpriu plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Salientamos que neste demonstrativo não estão elencados os Restos a Pagar Não Processados que somam em R\$ 3.193.565,45 (três milhões cento e noventa e três mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).


5. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS

Conforme a Lei Municipal nº 3545/2000, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 16.574.659,01, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram um montante de R\$ 10.434.571,60 obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 6.140.087,41, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 72.557.082,50, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas em contas correntes e fundos de aplicação. Entretanto o RPPS tem registrado no seu Passivo a Longo Prazo um Dívida Previdenciária no valor de R\$ 85.667.870,50 até 31/12/2020, conforme cálculo atuarial.

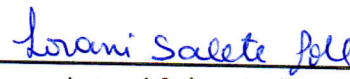
COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) atingiram o percentual de 16,19% sobre a Receita Constitucional de Impostos e Transferências e a os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingido foi de 25,61%. Portanto, fica demonstrado, o atingimento dos Gastos Constitucionais com Saúde e dos Gastos Constitucionais com FUNDEB, bem como o atingimento das metas fiscais estabelecidas e dos requisitos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Três Passos, 17 de fevereiro de 2021.



Camila Freitas Sant'Ana
Contadora CRC/RS 096754



Lovani Salete Poll
Secretária de Finanças